

A Educação Rural e Profissional na Paraíba nas décadas de 1930 e 1940



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.008-009>

Letícia Lucena Dantas de Macedo

Discente do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFPB Campus Picuí.

Nicole de Lucena Macedo

Discente do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFPB Campus Picuí.

Willian Vinícius Oliveira Araújo

Discente do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFPB Campus Picuí.

Leonardo Querino Barboza Freire Santos

Doutor em História. Docente do IFPB Campus Picuí e orientador do projeto.

João Ricardo Ferreira Pires

Mestre em História. Docente do IFPB Campus Picuí e coorientador do projeto.

Marcelo Silva de Andrade

Doutor em Ciências Sociais. Docente do IFPB Campus Picuí e coorientador do projeto.

Fernanda de Araújo Dantas

Discente do curso Técnico em Mineração Integrado ao Ensino Médio-IFPB Campus Picuí.

Jack Wilamy Sousa Santos

Discente do curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – IFPB Campus Picuí

Samuel Dantas Garcia

Discente do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal da Paraíba - IFPB Campus Picuí.

RESUMO

O presente capítulo busca compreender a educação rural e profissional na Paraíba em consonância com as discussões políticas e sociais do período Vargasista. É fruto do projeto de pesquisa Representações Sociais sobre a Educação Profissional no Jornal A União (Paraíba, anos 1930) financiada por edital INTERCONECTA do IFPB. Num primeiro momento, o texto apresenta uma pequena contextualização da Educação Profissional no Brasil e na Paraíba até nosso marco temporal, 1930. Logo depois, discute com base em alguns referenciais bibliográficos como ao longo do período Vargasista foi se tornando cada vez mais evidente uma educação rural voltada ao trabalho e ao nacionalismo. Na sequência, apresenta alguns exemplos de educação rural na Paraíba discutindo como ela se organizava e quais seriam as representações sociais e políticas que moldava as práticas dessa educação. Como conclusão, apresentamos um pouco da trajetória de Sizenando Costa, professor e intelectual que batalhou pela educação rural no período em tela. Além disso, a proposta das Escolas Rurais Modelo que ele defendia. O capítulo dialoga tanto com os estudos sobre história da educação rural e profissional na Paraíba e no Brasil quanto com as análises que versam sobre a política nos anos 1930 e 1940.

Palavras-chave: Educação Rural, Período Vargasista, Representações Sociais, Jornal A União.

1 INTRODUÇÃO

Nosso texto é um recorte dentro do projeto *Representações Sociais sobre a Educação Profissional no Jornal A União (Paraíba, anos 1930)* que busca compreender a educação rural na Paraíba no contexto Vargasista. Tal projeto tem financiamento do edital INTERCONECTA-IFPB 07-2023. Resultados parciais e recortes já foram apresentados nos seguintes congressos científicos: **IX**



Congresso Nacional de Educação em outubro de 2023 apresentamos o resumo em pôster: *Reflexões sobre a Educação Profissional no Jornal Paraibano A União (anos 1930)* depois transformado em resumo expandido e publicado nos anais do evento. No **5º Simpósio de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFPB (SIMPIF)** em novembro de 2023 apresentamos o banner intitulado *Representações Sociais sobre a Educação Profissional no Jornal A União (Paraíba, (anos 1930)*. E, por último, apresentamos na **I Semana de Ciência e Tecnologia** do campus IFPB-Picuí em dezembro de 2023 o pôster *Representações Sociais sobre a Educação Profissional no Jornal A União (Paraíba, (anos 1930)* premiado em primeiro lugar na categoria Ciências Humanas. Antes de entrarmos no recorte aqui proposto gostaríamos de desenvolver algumas considerações gerais sobre a história da educação profissional na Paraíba. Nosso projeto como acima foi mencionado foca na educação profissional e busca compreender que tipo de mudanças houve nas concepções a respeito dela com a chegada do discurso trabalhista nos anos 1930. As propostas de educação rural é parte de um projeto maior de Ensino Profissional, portanto, consideramos ser necessário essa contextualização histórica que se segue.

Debates públicos e ações governamentais no campo da educação profissional no Brasil remontam ao início do século XIX. Em 1809, por exemplo, surgiu o “Colégio das Fábricas”, no Rio de Janeiro, primeiro estabelecido criado pelo poder público com o objetivo de formar “artistas e aprendizes” para atuar em ofícios artesanais e manufatureiros (CANDEIA, 2013, p. 45). Cabe ressaltar que a criação do Colégio das Fábricas dialoga com o alvará de 1º de abril de 1808, que autorizava o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, revogando a legislação de 1785 que proibia a realização de tais atividades na colônia (CABRAL, 2016). No referido alvará, o então Príncipe Regente, D. João, determina que

[...] desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria que multiplicam e melhoram e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura e das artes e aumentam a população dando que fazer a muitos braços e fornecendo meios de subsistência a muitos dos meus vassallos, que por falta deles se entregariam aos vícios da ociosidade; e convindo remover todos os obstáculos que podem inutilizar e frustrar tão vantajosos proveitos: sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil e nos meus Domínios Ultramarinos (BRASIL, 01 abri. 1808)

Tais práticas e discursos – suscitados no contexto da transformação do Brasil em sede do Império português – já deixavam transparecer o vínculo entre uma educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico.

Na Paraíba, Candeia (2013, p. 45-56) identificou alguns marcos na história da educação profissional. Em 1854, teria sido criada uma *Escola de Agricultura Teórica e Prática*. Em 1859, a Assembleia Legislativa autorizou a criação de uma Escola de aprendizes artífices na capital. Contudo, somente em outubro de 1866, o governo da então província conseguiu implementar tal projeto,



surgindo, dessa forma, o *Colégio de Educandos Artífices da Paraíba*, que funcionaria até 1874. Em 1871, outra instituição com perfil profissionalizante foi criada na capital paraibana: a *Escola de Aprendizes Marinheiros*. À época, os governantes de plantão compreendiam a educação profissional como um “antídoto” capaz de solucionar dois problemas ao mesmo tempo – o controle social da infância pobre e a formação do mercado de trabalho livre:

A criação dessas escolas significou a disposição do Estado brasileiro em enfrentar o problema das crianças desvalidas e pouco afeitas ao trabalho. Era preciso resolvê-lo, ainda mais quando, para além do problema social (crianças nas ruas e praças), começava a anunciar-se, timidamente no início, mas crescentemente com o decorrer do tempo, a preocupação do Estado com a formação de mão de obra para atender a um mercado de trabalho que indicaria suas exigências, apontando para a necessidade de trabalhadores minimamente qualificados. Assim, tirar crianças das ruas foi o objetivo perseguido pelo Estado que, para além da repressão pura e simples, aos poucos procurou aperfeiçoar as ações e assimilar outras ideias, dentre as quais o recurso pedagógico da qualificação para o trabalho (CANDEIA, 2013, p. 47).

A abolição da escravidão, em 1888, acentuou os debates e as ações governamentais na conformação do mercado de trabalho. Como demonstrou Chalhoub (2012, p. 47-50), o fim do regime escravista colocou o trabalho como um problema a ser resolvido pelas classes dominantes. Nesse contexto, tornou-se urgente para os donos do capital criar novos mecanismos de dominação do mercado de trabalho. Era preciso “obrigar” o “homem livre” a vender sua força de trabalho em condições interessantes para o capital. Além disso, não bastaria expropriar a força de trabalho. Era igualmente preciso “redimir” o trabalho, socialmente desvalorizado por séculos de escravidão, construindo uma nova ideologia capaz de representar o trabalho como fator de civilização. Ademais, a nova política de dominação praticada pelo Estado republicano baseava-se também na vigilância constante das várias esferas da vida das classes trabalhadoras¹, e era auxiliada ainda pela repressão policial e judiciária dos hábitos considerados “indesejados”, sendo a “vadiagem” uma das principais preocupações dos donos do capital. Ora, ao analisar as ações governamentais no campo da educação profissional, percebe-se que também ela foi praticada com este objetivo de (con)formar as classes subalternizadas, desde a infância, às demandas do mercado capitalista. Constituída historicamente no Brasil em meio a essas injunções, a educação profissional foi inicialmente pensada e implementada a partir de uma dicotomia de projetos e ideias:

Essas iniciativas, do Estado e de particulares, eram legitimadas por discursos que, ao mesmo tempo em que justificavam tais ações, construíam a ideia de um tipo de ensino para determinados trabalhadores, afirmando, portanto, a dualidade da educação brasileira, no sentido da existência de uma escola para trabalhadores e outra para a elite, supostamente com missões diferentes e predeterminadas. Então, era preciso, estimular as classes menos favorecidas para o trabalho e, com isso, dificultar o desenvolvimento de ideias contestadoras da ordem política posta (CANDEIA; CURY, 2022, p. 69)

¹ Singer (2012, p. 191) caracteriza este segmento das sociedades capitalistas por sua dependência em relação ao trabalho assalariado como forma de subsistência. Desse modo, é a necessidade de trabalhar para sobreviver, e não o tipo de ocupação, que confere algum grau de integração entre os personagens que consideramos como “classes trabalhadoras” na pesquisa como um todo, estivessem eles inseridos no mercado de trabalho ou não.



Mais à frente veremos como essa dicotomia atravessava os projetos e as representações sobre a educação rural.

No contexto histórico da “nova” ordem republicana, a instrução pública ocuparia cada vez mais espaço no debate e nas ações governamentais. Juntamente com as reformas urbanas e as políticas sanitárias do período, ela seria um dos esteios de uma administração técnico-científica² da sociedade que pretendia produzir o “progresso ordeiro” (PATTO, 1999, p. 170) almejado pelos líderes da República. Mas quando analisamos as fontes que versam sobre a educação profissional e rural, percebe-se que ao lado da preocupação com o desenvolvimento econômico da Nação estavam preocupações de ordem assistencialista em relação à infância empobrecida, ou, empregando um termo da época, aos “desvalidos da sorte”. Assim, a educação profissional foi inicialmente constituída no Brasil como uma resposta dos grupos dominantes a demandas tais como a formação de trabalhadores, a assistência aos mais pobres e o controle social das classes subalternizadas. Ora, quando analisamos o caso paraibano, os elementos assistencialistas e repressivos parecem ter exercido uma função ainda mais decisiva na conformação da educação profissional, pois

[...] em Estados onde a indústria era incipiente e a necessidade de pessoal qualificado para trabalhar nas fábricas era muito pequena (caso da Paraíba), o controle social parecia mesmo nortear tais ações, significando assim a presença do Estado e seu esforço de afirmação, de unificação e de civilização. Assim, o ensino profissionalizante na Paraíba republicana parece nascer com esse viés acentuado, com essa “missão histórica” de atender aos desvalidos da sorte, aos pobres de modo geral. Mesmo em 1909 (com a EAAPB) [Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba], tal tendência foi acentuada (CANDEIA, 2013, p. 56)

Foi em meio a essas práticas e representações que foram criadas, em 1909, 19 Escolas de Aprendizes Artífices nos diferentes estados brasileiros. Tais instituições começaram a funcionar entre janeiro e outubro de 1910 (CANDEIA, 2013, p. 58). Nos *Considerandos* do decreto de criação, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha (1909-1910), é possível encontrar uma síntese do pensamento que fundamentou o projeto:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, [...] Considerando:
Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;
Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos úteis à Nação:
Decreta:
Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio uma Escola de Aprendizes

² Segundo Chalhoub (2017, p. 23), entre o final do século XIX e o início do XX, foi constituída no Brasil a ideia de uma administração pública fundada unicamente em critérios técnicos ou científicos: “trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não política, ‘competente’, ‘eficiente’, das políticas públicas”. Contudo, como argumenta o mesmo autor, “O mais trágico em toda essa história é que a alegação de ‘cientificidade’, de neutralidade nas decisões administrativas, traz sempre em seu cerne a violência contra a cidadania” (CHALHOUB, 2017, p. 67).



Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito (BRASIL, 23 set. 1909, grifos nossos).

Assistência, controle e “reabilitação” das “classes perigosas”³: foi essa a lógica que fundamentou a constituição e o funcionamento da educação profissional brasileira nas primeiras décadas do século XX. Ocorre que, como demonstraram Winckle e Santagada (2012), as políticas de educação profissional idealizadas e praticadas no Brasil dialogam com as diferentes etapas de desenvolvimento do capitalismo no país. Dessa forma, em meio às mudanças políticas, sociais e econômicas acentuadas a partir dos anos 1930 – notadamente a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e como crescimento urbano-industrial – cresce a demanda por quadros técnicos visando ao projeto industrializante capitaneado pela iniciativa estatal. Nesse novo contexto histórico, a educação profissional passou por mudanças em sua semântica e função pedagógica, visto que

Com o projeto industrializante, abandonou-se a visão de uma educação profissional voltada aos desvalidos. Entre 1930 e 1945, cresceu a demanda por operários qualificados e quadros técnicos, dada a implantação do capitalismo industrial nacional. A Constituição de 1937 estabeleceu a obrigatoriedade da organização de escolas profissionais pelas empresas e sindicatos. Em 1942, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem (Senai) e foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que organiza esse tipo de ensino, não mais exclusivo de empresas e sindicatos, além de equipará-lo ao ensino médio propedêutico (WINCKLE; SANTAGADA, 2012, p. 98).

Como na história nada é tão simples, veremos como no mesmo momento que o governo e parte da sociedade estão organizando essa educação profissional para a indústria, os debates sobre a melhoria e expansão da agricultura também tomavam o país. E dentro desses debates será de fundamental importância a organização de uma educação profissional rural.

Convergindo com essa nova diretriz que podemos nomear como trabalhista, em 1942, no contexto da reforma do ensino implementada na gestão de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública do governo Vargas, a educação profissional passa a ser projetada e praticada sob outras bases, estruturada em torno da noção de “ensino industrial” (CANDEIA, 2013, p. 19). Nesse mesmo ano, a Escola de *Aprendizes Artífices da Paraíba* foi transformada em Escola Industrial, explicitando a nova perspectiva que o Estado brasileiro buscava conferir à educação profissional.

É sobre esse “tempo de mudanças”, entre rupturas e continuidades, que o nosso projeto e esse texto volta sua atenção. Para isso, recorreremos ao jornal oficial *A União*⁴. Principal veículo de

³ Chalhoub (2017, p. 26-34) demonstrou que desde o final do século XIX o discurso das elites políticas nacionais ajudou a construir uma associação entre “classes pobres, classes perigosas”, assim definidas por seu suposto “potencial de ameaça” à organização do trabalho, à manutenção da ordem pública e à saúde coletiva.

⁴ Criado em 1893 pelo então presidente da Paraíba, Álvaro Machado, e mantido desde então pelo governo estadual, A União era editado na capital e possuía uma linha editorial governista (MARTINS, 1977, p. 16). Nesse sentido, defendia e propagava os projetos de sociedade, as ações e a visão de mundo dos grupos hegemônicos. As edições de A União publicadas nos anos 1930 encontram-se digitalizadas e liberadas ao acesso público no site do próprio jornal, o que facilitou a pesquisa. O referido acervo está disponível em https://auniaio.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao#gsc.tab=0 Acesso em 13-10- 2023.



imprensa da Paraíba na época, suas páginas permitem acessar as visões de mundo e os projetos de sociedade das classes então dominantes, haja vista tratar-se de um órgão governamental, mantido e produzido pelas elites locais⁵. Ora, sabemos que a imprensa não é só um veículo de informações, muito menos um propagador imparcial dos acontecimentos; nas sociedades modernas, ela funciona como uma “prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais” (MACIEL, 2004, p. 15). Para reforçar a importância da escolha da nossa fonte trazemos na sequência uma citação de outro trabalho que mostra como a imprensa em geral ajuda a entender a educação, principalmente rural, mas não apenas:

“Demos significativa importância para as fontes encontradas nos periódicos, especialmente o *Jornal A União*, por compartilhar com as ideias desenvolvidas por Campos (2012, p. 49), ao afirmar que os “jornais não pedagógicos” desempenham um crucial papel na educação diária das pessoas, ou, pelo menos, de um determinado segmento social, ou seja, os leitores. Assim, considerando que a questão da educação rural era debatida, prioritariamente, pelo público letrado, a saber, intelectuais, professores, administradores públicos, pensamos que a publicação de notícias relacionadas à educação rural teve o papel de mobilizar as opiniões desses sujeitos sociais, podendo, inclusive, interferir nas ações dos governos federal, estaduais e municipais” (PINHEIRO: 2020, p. 97).

Estando em busca do que pensam alguns segmentos sociais sobre a educação profissional e rural no período o jornal *A União* e outros periódicos são janelas potentes para vozes discordantes ou concordantes sobre essa questão. Encerrando essa breve contextualização da educação profissional apresentamos nossas questões: ou seja, o que nos interessa na educação rural.

Queremos desenvolver dois pontos básicos: como se estrutura o que era chamado na época de Ensino Agrícola, quais são seus objetivos, quais são suas dificuldades e quais são as disputas político-institucionais que o atravessam. Depois de entender essa questão mergulhar em alguns exemplos de práticas escolares rurais na Paraíba e descrever a atuação de um dos seus mais fortes defensores: Sizenando Costa. É preciso dizer que esse texto é um *work in progress*, não terminamos a pesquisa. Então, em alguns momentos haverá hipóteses lançadas, em alguns momentos teremos que a contragosto encerrar a argumentação. Queríamos na narrativa do texto deixar claro essas incompletudes.

Ainda um pequeno mais importante comentário antes de entrarmos nas nossas duas questões enunciadas acima. Sabemos que desde o final dos anos 1990 houve um processo de ressignificação semântica da noção de educação rural para educação do e no campo. Tal mudança é muito significativa da luta dos povos do campo em prol de uma educação que seja pensada metodologicamente a partir do campo e não sobre o campo. Toda essa discussão é muito interessante e toca diretamente nossos temas,

⁵ Em razão dos limites do projeto e desse texto, não será a nossa intenção, pelo menos não por ora, investigar as representações sociais elaboradas pelas classes trabalhadoras acerca da educação profissional. Mesmo tendo clara noção da relevância desse objetivo, nossa intenção é desenvolvê-lo em projetos posteriores.



mas não desenvolveremos aqui, pois se trata de um marco temporal distante do nosso⁶. Mas é preciso ter como horizonte que a educação rural tanto hoje quanto no nosso período é parte de uma história maior, a história dos povos do campo (MORAES, SOUZA-CHALOPA: 2022).

Outro comentário inicial se faz necessário: é sobre a nomenclatura: Educação Rural e ou Ensino Agrícola? Nas fontes e na bibliografia do período tanto antes de 1930 quanto depois aparece os dois. Sizenando Costa por exemplo, publica em 1941 o livro *Educação Rural*, o governo federal cria a *Lei Orgânica do Ensino Agrícola* em 1946, as primeiras escolas na Paraíba no final dos anos 1930 são chamadas de *Escola Rural Modelo*, acordos técnicos entre os EUA e o Brasil a partir do contexto da Segunda Guerra remodelam o que eles chamam de *Ensino Agrícola*. Então, não temos ainda como definir qual é o melhor e nem como aprofundar uma discussão teórico-conceitual que seria proveitosa. Por conta do chamado *Movimento pela Ruralização do Ensino* que abarca muitas iniciativas individuais e institucionais entre a década de 1930 e 1950 preferimos o termo Educação Rural (MORAES, 2021). Mas resta a dúvida a ser pensada em outros projetos.

Para não demorar mais nesses apontamentos iniciais entremos na nossa discussão. Primeiro, concordamos com alguns estudos recentes que vem apontando o erro de considerar o período de Getúlio Vargas, notadamente o Estado Novo, como o marco zero nas políticas educacionais para o mundo rural.

“Outro equívoco frequente é a atribuir a origem da Educação Rural primária e média às iniciativas perpetradas no decorrer do Estado Novo quando se consolidou, sob a égide da ditadura, o novo bloco no poder esboçado a partir do golpe de 1930. Segundo alguns, somente aí se teriam iniciado “programas de escolarização considerados relevantes para as populações do campo (...), cujo surgimento se deu sob o patrocínio do Ministério da Agricultura do governo Vargas” (Id., *ibid*: 16-17, grifo SRM). Nada mais enganoso do que tomar 1930 como marco inaugural das políticas educacionais agrícolas e, mais ainda, atribuí-las ao “Ministério da Agricultura” varguista, posto que a Pasta já contemplasse iniciativas destinadas ao ensino elementar rural desde a década de 1910, através de instituições como os Aprendizados e Patronatos e Agrícolas (MENDONÇA, 1997: 69), estes últimos correspondentes à profilaxia social proposta por grupos urbano-industriais” (MENDONÇA: 2016, p. 3).

As experiências dos Aprendizados e Patronatos Agrícolas desde a década de 1910 são elementos importantes na história da educação rural no Brasil como um todo, mas estão fora do nosso marco temporal. Só gostaríamos de trazer já o primeiro exemplo de Educação Rural na Paraíba a ser desenvolvida aqui: a Escola Profissional Presidente João Pessoa, mais conhecida como Pindobal. Trazemos esse exemplo aqui por alguns motivos: primeiro, ela se parece muito com o modelo dos Patronatos. Segundo, ela é um exemplo claro na Paraíba da educação rural sendo pensada como controle social, característica que vai marcar esse tipo de Educação e também a educação profissional como um todo desde a Primeira República até os anos 1930 como já foi mostrado na contextualização

⁶ Para uma pequena introdução sobre essa questão da educação do e no campo veja: (HENRIQUES et alli, 2007), (RANGEL; CARMO: 2011), (MUNARIM: 2008), (SANTOS: 2010), (CALDART et alli: 2012).



inicial. Nesses anos seguindo as tendências ideológicas nacionais a educação rural vai aparecendo com outro objetivo: formação e fixação do trabalhador rural no campo. Mais esses dois objetivos se misturam. O segundo sabemos pela história do Brasil que não foi atingido: dos anos 1930 até hoje a tendência é o campo expulsar seu habitante para as cidades.

Na fala do interventor Argemiro de Figueiredo –está à frente do governo em meados da década de 1930 até seu final - fica claro essa associação da educação como maneira de conter o aumento da população em condições de pobreza. Tal situação está diretamente ligada às transformações urbanas e sociais associadas ao fim da escravidão e a entrada do Brasil num capitalismo mercantil. A população negra – maioria dos que estavam em situação de pobreza – começaram a afluir em massa para as cidades e isso se tornou um problema social de grandes proporções nas primeiras décadas do século XX. A solução mais pensada pelas autoridades da época ou passavam pela repressão policial ou passavam pela educação profissional nos grandes centros e ou a educação rural para fixar essa população nos mesmos lugares da época da escravidão. Mas atentemos para a fala de Argemiro de Figueiredo:

“É doloroso ver como se avoluma cada dia a onda dos desocupados. Bem estudadas as razões do phenomeno, concluiremos que ellas residem em grande parte nas falhas dos nossos processos de ensino. São inumeros os moços, energias magnificas lançadas á dispersão que poderiam produzir os melhores fructos, se a escola os radicasse ao campo de onde sahiram ignorantes de que o labor quotidiano do camponez encerra a nobreza sem par de um edificante patriotismo” (Mensagem de 1935, p.13)” (PINHEIRO, p. 3-4).

Pindobal já teve vários nomes: Centro Agrícola, Escola Agrícola e tinha a educação rural como modelo de ressocialização de menores infratores. Seu primeiro diretor foi Sizenando Costa que voltaremos a falar nesse texto. Foi fundada em 1930 e adquiriu rapidamente a fama de uma prisão por conta de seu regime austero e seu caráter disciplinar. Alguns assuntos gostaríamos de reforçar com o exemplo de Pindobal: em conformidade com o discurso ideológico nascendo na década de 1930 que muito depois será chamado de Trabalhismo (GOMES: 1994) a educação rural era usada como ferramenta de adestramento social, como ferramenta nacionalista de aproveitamento daqueles considerados marginais pro meio do trabalho rural.

“O Ensino Agrícola possui a intenção de formar a infância e adolescência masculina desvalida paraibana para o trabalho profissional agrícola redentor, capaz de transformar as suas vidas, tornando-os cidadãos produtivos e, conseqüentemente, ressocializados. A preocupação do Brasil nas primeiras décadas do século XX é com a diminuição dos crimes cometidos por esses sujeitos, e, principalmente, com o combate ao ócio e à vadiagem, vistos como principais males da falta de progresso em um Brasil que precisava se modernizar e moralizar-se. Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a ação pedagógica dos setores dominantes, ao lado de outras práticas mais diretamente repressivas, estará voltada para a “reconstrução nacional”, a conformação da cidadania, e para a questão da organização do trabalho. São desenvolvidas inúmeras estratégias e dispositivos visando a moralização e o ajustamento do trabalhador à nova ordem social. (Moraes, 2000, p.70)” (NASCIMENTO, MACHADO: 2021, p. 4) .



Pindobal reforça um dualismo educacional que vinha desde a Primeira República e já mencionado na contextualização inicial: os chamados Grupos Escolares nas grandes cidades para formar os filhos da elite e patrocinado pelo governo federal e as escolas rurais e ou isoladas para formar os filhos das classes trabalhadoras e financiado de maneira muito precária pelos governos municipais e estaduais. Essa é uma característica que as reformas do período Vargas perpetuaram e marcará toda a trajetória da educação no século XX.

“O ensino técnico agrícola é gradualmente implementado no Brasil, através de políticas desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação e da Saúde, em meados de 1930. Se é fato que, no decorrer de todo o século XX, a educação brasileira passou por grandes reformulações, complexificando-se proporcionalmente às próprias alterações no padrão de acumulação capitalista, por outro lado, seu cunho dual se manteve enquanto característica basilar. Em meio a este quadro adquire relevância a reflexão acerca do Ensino Agrícola, uma das mais cabais expressões deste dualismo, sobretudo pelo fato de ter sido, ao menos até 1961, atravessado [...] não apenas pela dualidade que antagoniza trabalho manual versus trabalho “intelectual” como também por aquela que polarizou duas agências da Sociedade Política dele encarregadas: o Ministério da Agricultura e o da Educação e Saúde, particularmente nas décadas de 1930 a 1950. (Mendonça, 2007, p.244). Os sinuosos conflitos do século XX e, em especial nos anos de 1930 estão presentes na Educação a partir dessa dualidade, entre um ensino destinado aos filhos dos trabalhadores pobres e o ensino para os filhos da elite dirigente. O Ensino Agrícola passa a ser o mantra da sociedade capitalista paraibana, como um dos principais instrumentos de ressocialização aos sujeitos internos em Pindobal, essa tática do Estado toma corpo com as políticas implementadas pela pasta da educação aqui na Paraíba e o debate travado pela imprensa é um importante campo de observação daquilo que estava sendo implementado pelo governo estadual” (NASCIMENTO, MACHADO: 2021, p. 7) .

Outros exemplos de educação rural na Paraíba serão *A Escola de Agronomia do Nordeste* fundada em Areia em 1936 voltada tanto para o ensino agrícola quanto para a dinamização das técnicas e dos produtores rurais do Estado e com foco na formação das elites agrárias. *A Escola Rural na Fazenda Simões Lopes*, as *Escolas Rurais Modelo* projeto defendido por Sizenando Costa que virou lei em 1938, mas só implantado mesmo na década de 1940. A escola rural na *Fazenda São Rafael*. As *Escolas Normais Rurais* a partir da década de 1940 que tinham a pretensão de fixar os professores nos sertões da Paraíba e serão importantes no *Movimento pela Ruralização do Ensino*.

Sobre a Fazenda São Rafael apresentamos um trecho do jornal A União que demonstra um pouco da dinâmica dessa educação. Os alunos das escolas primárias são levadas a essas fazendas para ter aulas práticas de agricultura. Pelo que podemos perceber na fonte e na bibliografia esse é um método persistente que vêm desde a Primeira República.

“... Em obediência ao programa de educação agrícola traçado pelo govêrno Argemiro de Figueirêdo, programa que inclui ensino prático rudimentar de agricultura racional, jardinocultura, horticultura, pomicultura, avicultura, apicultura, sericultura e laticínios, dado pelos técnicos da Secretaria de Agricultura nos campos de demonstração, estiveram na fazenda S. Rafael os alunos e professores do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, desta capital [...]À começar do parque em que estão colocadas as chocadeiras e criadeiras e passando pelo alojamento de pintos de diferentes idades até as casinholas de reprodutores de várias raças, os agrônomos João Henriques da Silva, Diretor de Fomento da Produção, e Gabriel Barbosa de Farias, Inspetor Encarregado do Serviço, iam, em palestras simples e práticas, ensinando os



processos racionais de criação, nas suas várias fases [...]Encontrou, assim, a melhor boa vontade por parte de todos e entrou em plena execução o decreto n.º 1339, de 6 de março, deste ano, no qual o governo Argemiro de Figueirêdo estabeleceu medidas tendentes a levar até a escola primária os frutos preciosos da instrução rural” (A UNIÃO: 1939, p. 9)

Voltaremos a discutir alguns desses exemplos. Falemos agora da ruralização do Ensino.

É possível abarcar todas as iniciativas aqui presentes e a problemática desse texto dentro do que a historiografia da Educação tem chamado de *Movimento pela Ruralização do Ensino*. Primeiro, tal movimento é bastante complexo, possui muitos atores e uma duração até extensa: vai desde as discussões do início da década de 1930 para a profissionalização da Educação até a aprovação da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) de 1961 passando por várias inflexões e mudanças. Não queremos aqui aprofundar, mas remetemos ao importante trabalho de Moraes *Ruralização do ensino: as ideias em movimento e o movimento das ideias (1930-1950)* de 2021. Levantemos a hipótese de trabalho que precisa ser aprofundada: nossos exemplos e, particularmente Sizenando Costa, fazem parte desse movimento? Acreditamos que sim, mas só mais pesquisas nas fontes confirmará.

O movimento é parte do chamado Ruralismo Brasileiro que aflorou na década de 1930 diante do que foi chamado de *Crise da Agricultura*. Diante de um projeto cada vez mais industrial e urbano os grupos agrários pressionaram os governos principalmente o federal de Getúlio Vargas para garantir proteção fiscal e incentivos a economia agrária. O próprio governo se dividia entre agraristas e industriais. (MENDONÇA, 1997). Também não é objetivo aqui aprofundar a ligação da Campanha pela Ruralização com o Ruralismo como um todo, mas não podia deixar de mencionar. O que gostaria de mencionar são alguns aspectos gerais do Movimento e suas implicações na Paraíba

“Era recorrente no discurso do Movimento pela Ruralização do Ensino a necessidade da colocação em prática das ideias ruralistas; nesse sentido, várias ações foram implantadas, como organização de eventos, publicação de impressos, criação ou atuação em instituições educativas escolares, assim como em sociedades e institutos, valendo ressaltar as palestras, conferências, discursos, congressos e semanas ruralistas. Aliás, os discursos de Sud Mennucci, proferidos em algumas dessas ocasiões, foram publicadas como livros e/ou artigos em periódicos, como, por exemplo, na Revista do Professor, publicada pelo Centro do Professorado Paulista. A ruralização do ensino influenciou instituições educativas, como as Escolas Normais Rurais — um tema caro para os ruralistas — e as Escolas Típicas Rurais (SOUZA; MORAES, 2015). Outras expressões desse movimento foram os clubes agrícolas adotados em várias escolas primárias, em diferentes estados do país, com a finalidade de forjar nas crianças uma mentalidade ruralista. Vale ainda mencionar a relevância de algumas associações, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Sociedade Luiz Pereira Barreto e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep)” (MORAES, SOUZA-CHALOPA: 2022, p. 69).

Importante conquista do *Movimento* foram os trechos da Constituição de 1934 que garantiram pela primeira vez o ensino rural como direito bem como um orçamento específico. Garantia também em consonância com o discurso do governo na época o trabalho rural manual como elemento eugênico, de controle, de profilaxia social como era dito na época. A Constituição de 1937 perpetuou essa noção



(MORAES, SOUZA-CHALOPA: 2022, p. 71). No caso da Paraíba gostaríamos de desenvolver mais agora a atuação de Sizenando Costa e o exemplo das *Escolas Rurais Modelo*.

Continuado a hipótese levantada acima queremos entender a atuação de Sizenando Costa. Estamos começando a desbravar ainda os caminhos da educação rural na Paraíba nesses anos e seu nome aparece já algumas vezes na pouca bibliografia que existe a respeito. O que sabemos dele? Primeiro diretor de Pindobal, já mencionamos. Autor do livro *A Educação Rural*, que parece ser parte de sua campanha de profissionalização da educação rural que já vinha defendendo desde a década de 1930. Infelizmente na etapa que nos encontramos não pudemos aprofundar a leitura e análise dessa obra. Fará parte dos desdobramentos desse trabalho. Propugnador e defensor das Escolas Rurais Modelo que será transformada em lei em 1938, mas que só alguns anos depois começará a sair do papel. Nesse período sabemos que Sizenando em algumas palestras cobrava do governos dos interventores Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro a implementação da Lei. Foi diretor de Instrução Primária no Estado. Quando se fala de educação rural está sempre falando do que se entendia na época como instrução primária. Pela sua defesa de um ensino mais próximo da realidade dos alunos podemos inclui-lo como defensor do movimento Escola Nova. Isso precisa ser mais bem pesquisado. Segue uma citação que contem a fala de Sizenando em que ele deixa claro a escola que pretende e como ela seria um instrumento do nacionalismo regenerador por meio da valorização do trabalho, bem próximo daquilo defendido pelo governo federal na época:

“O Estado e a sociedade estão a carecer de que a escola encaminhe a sua ação mais relacionada, mais coerente com as necessidades da vida, tudo processando de acordo em harmonia com os interesses morais do meio onde opera. A escola somente de letras, hierática, dogmática; escola, algo de claustro, algo de caserna, deve ceder lugar a uma outra talvez menos palavrosa, menos livresca e mais dinâmica, mais apropriada ao ambiente e às supremas necessidades coletivas (...) Urge e é absolutamente necessário fazer com que a escola seja, em conjunto, um laboratório onde se desenvolvam, se acentuem e se aperfeiçoem as atividades regionais que asseguram a manutenção do povo e das instituições. Assim norteada, a escola acomoda-se melhor aos interesses coletivos e vai preparar uma nacionalidade em correspondência com os interesses do povo e do Estado, criando uma mentalidade nova com um conceito muito nobre do trabalho e capaz de influir imediatamente em todas as manifestações da vida, desde o lar humilde do nosso trabalhador rural”(Id. Ibid: p.15). (PINHEIRO, p. 7).

Em outro trecho de sua fala mais ligada a questão rural onde se percebe várias imagens recorrentes do ruralismo brasileiro da época. Por isso defendemos a inclusão dele como parte desse movimento nacional e internacional chamado *Ruralização do Ensino*:

“as atividades rurais se deviam desenvolver largamente na escola, e que o lár do Brasil deveria sofrer uma influencia reformadora de modo a tornar a nossa dona de casa mais apta, mais eficiente, menos dispersiva, menos desinteressada pelas questões economicas, e paralelamente a este trabalho, deveremos também valorizar o homem, oferecendo-lhe os meios para produzir com abundancia, se fixar no sólo, estimulando-lhe um amôr profundo pela sua gléba dadivosa, úbere fonte de riqueza e de felicidade” (PINHEIRO, p. 4-5).



Agora falemos das Escolas Rurais Modelo, projeto defendido por Sizenando. Um dos maiores problemas enfrentados pela Educação na Paraíba desde o Império era a dificuldade de professores para o interior. Problema esse compartilhado praticamente por todos os estados. Tão logo um professor conseguia procurar se remover para as cidades maiores do Brejo – Campina Grade, Areia – ou para a capital, João Pessoa. As condições de vida não expulsam apenas o trabalhador do campo, mas expulsam todos e todas. A ideia da Escola Modelo tinha como objetivo sanar essa questão ao defender em seu modelo a existência de uma casa do professor anexa à escola e a garantir algumas vantagens na carreira para quem permanecesse no interior. Quando realmente essas escolas começaram a sair do papel no final dos anos 1940 sabemos que esse problema persistiu. Outra questão que essas escolas visavam melhorar eram os métodos de ensino que incluíam conteúdos mais ligados às técnicas agrícolas. Isso na verdade já vinha de outras experiências mais antigas, das Granjas e Fazendas Escolas que funcionavam como lugares de aulas práticas para os alunos do ensino primário regular já mencionado acima quando falamos da experiência de São Rafael.

Essa questão também faz parte de uma campanha ruralista de ampliação e melhoria da tecnologia agrária no Brasil como alternativa a chamada *Crise da Agricultura*. A partir do final da Segunda Guerra com a aproximação Brasil e EUA vários acordos e instituições serão criadas para implementação dessas políticas de educação rural. É importante momento dessa história, pois firmou de vez a educação rural voltada ao trabalho rural, ao desenvolvimento agrário e não mais como controle das populações rurais nas cidades maiores (MENDONÇA: 2010) (MORAES, SOUZA-CHALOPA: 2022) (PINHEIRO). Não vamos aprofundar esse período – década de 1950 – pois foge do nosso marco temporal, mas é momento culminante e definidor da Ruralização do Ensino. Trago algumas citações do texto *A Era das Escolas Primárias Rurais na Paraíba* para aprofundar mais essas questões. Primeiro o que autor vê como contradições e problemas já desde a Lei de 1938:

“O referido decreto, no entanto, apresenta contradições em relação ao público a que se destinava a escola em questão e às razões aí apresentadas para sua implantação. Enquanto na justificativa constante do decreto se considerava que o ensino rural melhoraria as condições de vida dos habitantes do campo, fixando-os em sua gleba e evitando, por conseguinte, o êxodo para os grandes centros urbanos, o segundo artigo estabelecia que à escola competia formar um professorado de emergência e “ministrar o ensino rural especial aos alunos dos bairros pobres da cidade” (grifo nosso), que tivessem sido aprovados nas matérias constantes do 3º ano do curso primário (Id., Ibid., p. 24). Fica claro, portanto, que a escola rural modelo, de fato, não tinha por finalidade “fixar” homens/mulheres no campo, apesar de lhe caber formar professores, que seriam, provavelmente, encaminhados para trabalhar no campo ou em cidades do interior. Na verdade uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos gestores da educação pública na Paraíba foi o de fixar no interior do Estado – principalmente, na região sertaneja – os professores. Muitos dos quais, ao atingirem melhor nível de qualificação, com frequência solicitavam transferência para cidades maiores do Agreste ou da região do Brejo (Campina Grande, Areia, etc.) e, principalmente, para a capital, João Pessoa” (PINHEIRO, p. 5-6).

As escolas conforme disse acima funcionariam como campos de estágio onde professores das localidades vizinhas poderiam fazer uma formação mais rápida. O decreto-lei obrigava também as



prefeituras aonde seriam instaladas as escolas a abrir escolas-granjas, “ou seja: toda aquela que, “além do ensino de letras do programa oficial, [ministrasse] praticamente, em terreno doado pela Prefeitura ou por particular, ensino de horticultura, jardinagem, silvicultura, pomicultura, suinocultura, cunicultura, apicultura, sericultura e culinária” (PINHEIRO, P. 7).

Ao longo dos anos 1940 o número de escolas desse modelo cresceu chegando a 28 em 1948 segundo esse estudo que estamos citando. Tanto esse modelo quanto qualquer outro exemplo a partir principalmente do Estado Novo enfrentou um problema institucional grave que moldará seus destinos: a disputa intraestatal entre os Ministérios da Saúde e Educação e o Ministério da Agricultura. Desde a Primeira República as iniciativas da educação rural cabiam ao Ministério da Agricultura e esse seguia tanto um viés de formação do trabalhador quanto de incentivo direto a agricultura por meio de divulgação de conhecimentos agrários. Ao longo da década de 1930 com o crescimento do movimento Escola Nova e sua chegada ao poder no Ministério da Educação Vargasista um novo viés passou a ser pensada para toda a educação primária do país, o que incluía a educação rural, que é a questão de acabar com o analfabetismo. Interesses divergentes, objetivos diferentes convergiram nas experiências de Escolas Rurais dos anos 1930 em diante. Muitas vezes uma mesma escola era gerida pelos dois ministérios, muitas vezes um ministério disputava com o outro sobre as questões de métodos. (MENDONÇA: 2010) (MENDONÇA: 2000). Nossa pesquisa precisava aprofundar mais para entender esse conflito que é nacional e suas particularidades paraibanas. Como realmente afetou as escolas na Paraíba? Não sabemos ainda.

Mencionado acima a questão do analfabetismo gostaríamos agora de nos deter nisso. Talvez o maior problema da nossa educação ao longo do século XX afeta diretamente os modelos de educação rural, pois as campanhas a favor do letramento centram-se na escola primária. No trecho abaixo trazemos um trecho de uma matéria da nossa fonte abordando um aspecto que vai aparecer sempre: a “chaga” do analfabetismo, algo que envergonha o país apelando para o discurso nacionalista tão ao gosto da época:

“Uma revista de Berlim vulgarizou, ha pouco, uma estatística sensacional. Sensacional e, sobretudo, deprimente para o Brasil. Pelos dados expostos á curiosidade dos seus milhares de leitores, ocupamos o segundo lugar entre os países que votam horror á instrução. Em 100 homens, possuímos 70 que não sabem ler. [...] Para forçar pelos menos a diminuição da porcentagem assustadora de analphabetos que possuímos, é, antes de tudo, indispensavel que facilitemos o estudo á pobreza, que o govêrno se volte todo, se concentre mesmo á solução do problema que todos os homens cultos consideram o maior do Brasil. [...]”(Uma estratégia que nos inferioriza, 07 abril, 1933, Reportagem da U.B. I. para A União). (A UNIÃO: 1933, p. 8).

Na nossa fonte há menções a organizações sociais formadas para combater essa questão. Além disso, o envolvimento de associações já existentes no mesmo tema.

“Pedem-nos a publicação do seguinte: “Atendendo à premente necessidade de dar combate ao analphabetismo, - que é um dos maiores flagelos morais do Brasil, - alguns espiritos dedicados



à causa nobilíssima da instrução desejam congregar elementos que se solidarizam nesse patriotico tentamen e desenvolvam uma ação toda prática, junto às massas populares, a fim de incentivarem o aprendizado das primeiras letras, a começar por esta capital. [...] Caso a semente consiga germinar, como tudo o faz prever, serão iniciadas, brevemente, as primeiras reuniões e démarches necessárias à organização de um sodalício de amor e sacrifício pela alfabetização de um grande número de crianças e adultos residentes na metrópole de um Estado, como o nosso, onde já deveria ser mais intenso e mais inteligente o apostolado da instrução popular. [...]”(Liga Instrução Popular, 10 fev. 1933) (A UNIÃO: 1933, p. 5)

Percebe-se que não eram apenas organizações e clubes que estavam aflitos com a “chaga” do analfabetismo, mas também que na população em geral havia uma consciência crescente de que a educação era a chave para o progresso e o desenvolvimento do país, como relatado pelo escritor Narciso Berlese, no qual publicou um artigo retratando a urgência de ações governamentais e coletivas para se reverter tal situação.

“A questão nacional que merece o maior carinho e a nossa maior atenção é a alfabetização do Brasil. Atualmente, não há brasileiro culto e de bom senso que não o entenda e saiba que o analfabetismo é o problema máximo da nossa nacionalidade. [...] Todos os governos do nosso país, portanto, como todo cidadão brasileiro, deveriam empenhar-se na solução imediata, intransferível, deste magno problema [...] Salvemos o Brasil deste enorme prejuízo moral que são os trinta milhões de analfabetos num país de quarenta milhões de habitantes. 75% de analfabetos é uma vergonha que nos deprecia e abate. Apenas 25% da nossa população sabe ler. [...] Eliminar a ignorância coletiva é fortificar o poder da nacionalidade. A prosperidade do Brasil depende fundamentalmente da extinção do analfabetismo, da educação nacional, do despertar das energias conscientes do nosso povo.”(Combate ao Analfabetismo, 25 out. 1933) (A UNIÃO: 1933, p. 8).

A educação profissional e rural se apresentam, assim, como uma maneira de erradicar o analfabetismo. Entretanto, muitas pessoas possuíam uma visão de que tal educação poderia não apenas ser uma simples solução para o flagelo do analfabetismo, mas também uma ferramenta de transformação poderosa e efetiva da sociedade, principalmente direcionada às classes menos favorecidas, como afirma M. Florentino da Silva em seu recado ao monsenhor Pedro Anísio, falando sobre um projeto de ensino normal.

“[...] Quando me refiro a educação profissional, não estou com os olhos voltados para o mar, para França ou para América do Norte, pontos de atração máxima dos nossos pedagogos, mas sim para nossos bairros pobres, para o sertão e não quero fazer da Paraíba terra industrial, na acepção de terra de grandes indústrias, mas sim pátria de gente industriosa, capaz de mitigar e compensar com seu trabalho os males causados pela incerteza do tempo, os efeitos mal de uma natureza hostil. [...]”(Escolas Normais, 03 mar. 1934) (A UNIÃO: 1934, p. 3)

O interessante nesse trecho é que na mesma quadra em que o ensino profissional está aos poucos se voltando para a questão da indústria, existem projetos e representações em que ele é pensado de outras formas. E nesse ponto se enquadra a questão da educação rural. Em estados onde a economia é predominantemente rural – como a Paraíba – ainda estamos longe de uma industrialização. A educação cabe mais pensar o mundo rural e tudo que o envolve.



Já no âmbito político, os deputados pautavam discursos incisivos sobre a educação profissional, ressaltando o quão crucial era esta educação para resolução de problemas sociais. Assim, o desafio educacional necessitava ser superado para ascensão do país, como elucida o deputado estadual Heretiano Zenaide em seu discurso na seção de 31 de Março de 1934.

“[...]O analfabetismo é uma chaga que nos envergonha no cenário sul-americano, onde ficamos, neste particular, a retaguarda das demais nações contemporâneas em maioria política. Se quisermos sair desta situação que tanto nos humilha, devemos, desde já encarar o problema com a energia precisa, fixando, de modo positivo, as atribuições da União, dos Estados e dos municípios, tornando os capazes de enfrentar, vantajosa e eficiente, o Magno problema da alfabetização e da ulterior educação.[...]”(O problema do ensino na constituinte - O discurso do deputado Heretiano Zenaide, na seção de 31 de Março, estudando o importante assunto, 14 abr. 1934) (A UNIÃO: 1934, p. 1)

Zenaide propõe uma abordagem estruturada, solicitando a definição clara de responsabilidades para União, Estados e municípios. Sua proposta sugere uma descentralização responsável, na qual cada nível de governo desempenha um papel específico na construção de um sistema educacional abrangente. Toda essa discussão sobre o analfabetismo se fez importante aqui nesse texto, pois as fontes demonstram uma preocupação de vários grupos sociais com essa questão. Sabemos que ela não foi resolvida naquela quadra e nem depois. Continua a ser um problema social e educacional. Problema que aflige particularmente os povos do campo.

Sintetizando nosso trabalho. Ele parte de um projeto que começou esse ano, mas precisa de desdobramentos para avançar sua problemática. Esperamos ter condições de fazê-lo. Mostramos primeiro uma pequena história da educação profissional até o final da década de 1930. Logo depois desenvolvendo exemplos de educação rural na Paraíba chamamos atenção para uma dialética entre dois modelos: uma voltada para o controle de populações de condições sociais desfavoráveis e outro, também para o controle, mas focado no trabalho. O primeiro mais antigo vem desde o século XIX com as ideias das escolas isoladas. O segundo mais ligado ao contexto nacionalista do período Vargas e associado ao Trabalhismo. Um não substitui o outro completamente, eles convivem, convergem e divergem. Depois entramos um pouco na trajetória de Sizenando Costa, defensor importante na educação rural no nosso marco temporal. É preciso mergulhar mais nessa trajetória, coloca-la em relação com outras. Por último, chamamos atenção na nossa fonte para o tema do analfabetismo por considerá-lo questão candente na época e hoje.



REFERÊNCIAS

- A UNIÃO. João Pessoa, edições de 1930 a 1939. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao Acesso em fev a dez. 2023.
- ANDRADE, Emanuelle Lins de Jornalismo dos anos de 1930: informação e doutrinação. Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH – Fortaleza, 2009.
- BRASIL. Alvará de 01 de abril de 1808. Permite o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil. Legislação Informatizada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/alv/1808/alv-1-4-1808.html Acesso em 08 out. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Legislação Informatizada. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 11 out. 2023.
- BURITY, Luiz Mário Dantas. “Safras máximas, lucros máximos, padrão de vida máximo”: a criação de uma escola rural na Fazenda Simões Lopes (Paraíba, 1938-1943). Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, Natal, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875806_3333717a5316b2d087167a96ba75dd71.pdf Acesso em 20. Nov.23.
- CABRAL, Dilma. Colégio das Fábricas. Memória da Administração Pública Brasileira, 2016. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/155-colegio-das-fabricas> Acesso em 08 out. 2023.
- CALDART, Isabel Brasil Pereira et al. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CANDEIA, Luciano. *Mente amore pro patria docere: a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909-1942)*. Tese (Doutorado em Educação) – UFPB, 2013.
- CANDEIA, Luciano; CURY, Cláudia Engler. Educação profissional na Paraíba: a Escola de Aprendizes Artífices. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (orgs.). Educação e trabalho na Paraíba. Fortaleza: Editora da UECE, 2022.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- FREITAS, Josi Aparecida de; SILVA, Mozart Linhares da. A Educação Profissional como Estratégia Biopolítica para a Produção de uma ética do Trabalho na Era Vargas. Anais do 8º Seminário Brasileiros de Estudos Culturais e Educação. Canoas-RS, 2019.
- GOMES, Ângela de Castro. A invenção do Trabalhismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HENRIQUES, Ricardo et al. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Cadernos SECAD 2. Brasília: 2007.
- MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes;



ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D' Água, 2004.

MARTINS, Eduardo. *A União: jornal e história da Paraíba, sua evolução gráfica e editorial*. João Pessoa: A União, 1977.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)*. *Tempo* 15 (29) • Dez 2010, p. 139-165. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000200006> Acesso em 30 nov. 23.

Estado e educação rural no Brasil: Balanço historiográfico e visão crítica. Anais do XVII Encontro Regional da ANPUH-RJ, 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465409237_ARQUIVO_TRABALHO_MENDONCA.pdf Acesso em 20 nov. 23.

Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950). *Tempos Históricos*, [S. l.], p. p. 243–266, 2000. DOI: 10.36449/rth.v0i0.1233. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1233> Acesso em: 05 dez. 23.

O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.

MORAES, Agnes Iara Domingos. *Ruralização do Ensino: as ideias em movimento e o movimento das ideias (1930-1950)*. Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021.

MUNARIM, Antonio. *Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil*. *Educação*. Revista do Centro de Educação, vol. 33, núm. 1, janeiro-abril, 2008, pp. 57-72.

NASCIMENTO, Gabriel Alves do; MACHADO, Charliton José dos Santos. *Ensino agrícola na formação da infância e adolescência desvalida dos anos de 1930 na Paraíba: O caso de Pindobal*. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, e24410817335, 2021 (CC BY 4.0) ISSN 2525-3409 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17335>. Acesso em 25. Nov. 23.

OLIVEIRA, Vilson Jaques de; CASTANHA, André Paulo. *O Ensino Primário na Era Vargas: da necessidade à realidade*. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, julho de 2023.

PALMA FILHO, J. C. *A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas*. In: *Pedagogia Cidadã*. *Cadernos de Formação*. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74.

PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. *Estudos Avançados*, v. 13, n. Estud. av., 1999 13(35), jan. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/vfdbdpstqSj3P9gLWcFRs7g/?lang=pt#>. Acesso em 11 fev. 2023.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *A era das escolas rurais primárias na Paraíba - (1935 a 1960)*. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario6/Ensino%20Fundamental/Era%20da%20escolas....doc Acesso em 27. Nov. 23.

De Escola Normal Rural para Escola Normal Regional de Souza - PB: a formação de professoras(es) para o meio rural (1943-1961). *Cadernos de Pesquisa em Educação -PPGE/UFES Vitória*, ES. a. 17, v.22, n. 52, p. 96 - 114, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/33821/22571> Acesso em 01. Dez. 23.



PINHEIRO, A. C. F.; SILVA, E. N. C. de A.; BURITY, L. M. D. Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba estadonovista (1937-1945). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 13, n. 54, p. 172–188, 2014. DOI: 10.20396/rho.v13i54.8640176. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640176>. Acesso 30.nov.23.

RANGEL, Mary Rangel; CARMO, Rosângela Branca do. Da Educação Rural à Educação do Campo: revisão crítica. Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 205-214, jul./dez. 2011.

SANTOS, Janio Ribeiro dos. Da Educação Rural à Educação do Campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas. Anais do IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Laranjeiras-SE, 2010.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História da cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 190- 263.

SILVA, Cláudio Rodrigues da. O Movimento pela Ruralização do Ensino e a circulação das suas ideias no Brasil e no Exterior (1930–1950). Resenha. Revista História da Educação (Online), 2023, v. 27: e125586 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/125586> Acesso em 02. Dez. 23.

SOUZA- CHALOPA, Rosa Fátima de; MORAES, Agnes Iara Domingos. 200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação. Educação em Foco, ano 25, n. 46 - Mai./Ago. 2022, p. 61-85.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? Indicadores Econômicos FEE, v. 39, n. 3, 2012, p. 97-110. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2631>. Acesso em 11 out. 2023.